



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

DETERMINANTES HISTÓRICOESTRUTURAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE QUE REFORÇAM AS DESIGUALDADES SOCIORACIAIS.

TEREZA CRISTINA SANTOS MARTINS ¹

RESUMO: As desigualdades regionais, a concentração de terra e renda são determinantes históricoestruturais que têm nos processos engendrados pela burguesia brasileira o seu aprofundamento. Ao considerar que são estes os principais determinantes históricoestruturais da questão social no Nordeste, este artigo objetiva discutir brevemente esses determinantes, por entender que eles reforçam as desigualdades sociorraciais à medida que impactam as regiões com maior população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Questão social, desigualdade regional, concentração de terra, concentração de renda, desigualdades sociorraciais.

ABSTRACT: Regional inequalities, the concentration of land and income are historical-structural determinants that have their deepening in the processes engendered by the Brazilian bourgeoisie. Considering that these are the main historical-structural determinants of the social question in the Northeast, this article aims to briefly discuss these determinants, as it understands that they reinforce socio-racial inequalities as they impact the regions with the largest black population.

KEYWORDS: Social issue, regional inequality, land concentration, income concentration, socio-racial inequalities

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Sergipe

1. INTRODUÇÃO

Apreender o racismo no mercado de trabalho a partir da “industrialização pesada, requer entender algumas das determinações estruturais da formação social do país. Nesse sentido, supõe um esforço de tomar como ponto de partida algumas determinações importantes para sinalizar o modo de produção capitalista se objetiva na formação social brasileira. Entendendo que o capitalismo se constitui no Brasil por uma via “não clássica”, da qual resulta um mercado de trabalho com traços marcantes de capitalismo periférico, cabe em princípio entender essas determinações ao se cruzarem com as determinações do racismo no mercado de trabalho as aprofunda e as redimensiona, sobretudo no pós 1964, quando o modelo de desenvolvimento adotado consolida as desigualdades regionais e a concentração de terra e renda no Brasil.

A condição periférica do capitalismo no Brasil, quando associada ao aprofundamento do imperialismo e do processo de concentração e centralização do capital, determina o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho. Ao construir algumas mediações, essas determinantes históricoestrutural respondem pelo atraso da burguesia brasileira e pelos processos econômicos, sociais e políticos por ela desencadeados. As desigualdades regionais, a concentração de terra e de renda são determinantes históricoestruturais que têm nos processos engendrados pela burguesia brasileira o seu aprofundamento.

Na sua relação com o imperialismo, a condição periférica do capitalismo no Brasil impõe um modelo produtivo do qual resulta o aprofundamento do latifúndio - base de sustentação do poder econômico e político da burguesia brasileira. É esse padrão produtivo associado à modernização conservadora que responde pelo aprofundamento da concentração da terra, das desigualdades regionais, da concentração de renda e, conseqüente, reforço às desigualdades sociorraciais, principalmente no Nordeste. Ao considerar que são estes os principais determinantes históricoestruturais da questão social no Nordeste, este artigo objetiva apanhar brevemente esses determinantes, por entender que eles reforçam as desigualdades sociorraciais à medida que impactam as regiões com maior população negra.

2. DETERMINANTES HISTÓRICOESTRUTURAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE: o reforço às desigualdades sociorraciais.

É na segunda fase da “industrialização pesada” que se verificam alterações significativas no mercado de trabalho brasileiro, quando o modelo de desenvolvimento implementado por Juscelino Kubitschek é aprofundado na “retomada e expansão do crescimento industrial [...] sob uma nova ordem política e institucional [desencadeada pela] coalizão política de forças que passou a dirigir o país a partir da tomada do poder pelos militares” (ABRANCHES, 1985, p.10). Tais processos foram possibilitados pelo contexto internacional caracterizado pelos “anos gloriosos” do capitalismo, em que a expansão monopolista associada à intervenção do Estado favoreceu o chamado “milagre econômico”.

Nesse sentido, se a década de 1950 representou um marco importante na associação da economia brasileira com o capital internacional, a partir de 1964 se evidencia o seu aprofundamento. É nessa conjuntura que se concretiza a “revolução burguesa”² analisada por Fernandes (2006) e Sodré (1976), cujos traços oligárquicos, autárquicos e senhoriais da burguesia brasileira acabam se constituindo na sua principal marca. Não por outra razão, o desenvolvimento capitalista do país passa a ser pautado no âmbito da “modernização conservadora”, o que resulta no aprofundamento da concentração da renda e das desigualdades regionais e, conseqüentemente, na cristalização daquelas características associadas à *regionalização racial*, ou seja, as regiões Norte e Nordeste marcadas pela pobreza e, esta última, por sua vez, associada diretamente à concentração da população negra. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste marcadas pelo desenvolvimento capitalista acelerado, com uma população majoritariamente branca, cujos índices de pobreza se vinculam, principalmente, às condições objetivas da população negra.

Nesse sentido, a *regionalização racial* e a concentração maciça dos(as) negros(as) nos empregos informais e precários, como determinações do racismo, vão assumir “nova” formatação em face do seu redimensionamento quantitativo e qualitativo. Não poderia ser diferente, as desigualdades regionais e a concentração de capital e de renda como “determinantes estruturais da ‘questão social’ no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 118) vão impactar decisivamente aquelas regiões onde os negros estão “segregados

2 Fernandes (2006, p. 239) concebe a Revolução Burguesa como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

geograficamente³ (HASENBALG, 2005). Para analisar corretamente as repercussões dessas desigualdades sobre a população negra é necessário relacioná-las com os traços mais importantes vinculados às transformações econômicas e sociais por que passa o país e regiões no período da “industrialização pesada”.

Sem aprofundar a complexa causalidade que subjaz à desigualdade regional, é inquestionável que as suas raízes estejam fincadas no latifúndio, na monocultura de exportação e no trabalho escravo. Reis (*apud* HASENBALG, 2005, p. 240) vê essas heranças como entraves, uma vez que “[inibiram] o desenvolvimento de um setor urbano forte e autônomo, bem como a consolidação de um campesinato independente”. Destaca-se, sem sombra de dúvida, o adiamento do trabalho livre e do assalariamento como componentes importantes na ampliação das bases para uma acumulação regional. Ou seja,

o impacto da escravidão dificilmente pode ser subestimado. Adiou o desenvolvimento do contratualismo nas relações de trabalho [...] O escravismo [...] não [deixou] lugar para uma força de trabalho livre. A população branca pobre [e não branca livre] não tinha senão duas opções: colocar-se a serviço de uma plantação vizinha ou então restringir-se a atividades de subsistência, mudando sua base de cultivo, à medida em que a terra ocupada se tornasse atraente para os grandes proprietários de terra. Outrossim, o escravismo adiou a penetração do estado, e desta forma [adiou] a extensão da cidadania no país, visto que o senhor de terra competia pelo monopólio da violência em seus domínios.

Cano (1998, p. 281) também evidencia na concentração da estrutura da propriedade e na debilidade das relações de produção, associadas à monocultura da cana-de-açúcar e do algodão, na região Nordeste, as raízes históricas dos desequilíbrios regionais. “Na verdade, face à extrema concentração da propriedade e da renda, [a] passagem [para o regime de trabalho livre] foi muito mais formal do que efetiva; seu mercado de trabalho foi de extrema precariedade”.

Essas determinações em relação ao Nordeste contrapõem-se àquelas evidenciadas na região Sudeste, particularmente em São Paulo, onde “capitalistas e Estado organizaram e financiaram o serviço de imigração e propiciaram [...] o trabalho assalariado. Com isso, liberaram o capital das amarras da escravidão e possibilitaram-lhe mais ágil

3 “todas as regiões metropolitanas com maioria branca estão situadas nos nove estados mais meridionais (nas regiões oficiais brasileiras Sul e Sudeste e um estado do Centro-Oeste), ao passo que quase todas as regiões de maioria não-branca estão nos estados setentrionais (Nordeste e Norte e dois estados do Centro-Oeste). As exceções são três regiões metropolitanas dos estados do Sul, porém próximos geograficamente dos estados do Norte” (TELLES, 1994, p. 47).

acumulação” (CANO, 1998, p. 284). Como resultado,

o capital cafeeiro ampliou cada vez mais as suas bases da acumulação em São Paulo, proporcionando amplo leque de alternativa de inversão para os lucros que podiam vazar da cafeicultura e dos negócios vinculados ao café. Por outro lado, **assalariando sua mão de obra, criou amplo mercado de bens de consumo para a indústria, que então dava seus primeiros passos. Além disso, ao constituir seu mercado de trabalho com oferta abundante de trabalho, possibilitou também a criação de um mercado de trabalho urbano do qual se serviu principalmente a indústria paulista** (CANO, 1998, p. 284 – Grifos meus).

Apesar da identificação dessas determinações históricas, que fazem da economia paulista “a mais dinâmica economia regional antes de 1929”, Cano (1998, p. 288), ao contrário de Furtado⁴ (1989), identifica a gênese da concentração industrial “após a implantação da indústria pesada”, quando a renovação tecnológica possibilita “a paulatina destruição das indústrias mais antigas do setor de bens de consumo não duráveis da periferia, como foi o caso da indústria têxtil nordestina”.

Evidentemente, a partir dessa fase, não será mais possível romper com aquelas raízes históricas da desigualdade regional, dado o compromisso explícito ou tácito do Estado autoritário com os interesses das frações da burguesia nacional. Aliás, o compromisso com a “modernização conservadora” se expressará no volume e na concentração de investimentos industriais e incentivos fiscais na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Não é ao acaso que, apesar da não estagnação do desenvolvimento industrial das demais regiões, conforme defendido por Cano (1998), o acentuado desnível põe a região Sudeste e (Centro-Oeste) não apenas em vantagem em relação às demais, mas apresentando um desenvolvimento acima da média nacional. Segundo observa Cano (1998, p. 289),

tomado o longo período entre os Censos de 1919 e de 1970, a indústria nacional cresceu à média anual de 7,2%. Acima dessa média somente figuram a região Centro-Oeste (8,8%), [no Sudeste] São Paulo (8,4%), Santa Catarina (7,8%) e Minas Gerais (7,6%); Espírito Santo apresentou crescimento igual à média do país; [...] o Nordeste [...] apresentou o mais baixo crescimento [...].

É preciso ter presente que o comprometimento do Estado com os interesses das elites nacionais, sobretudo os da região Sudeste, se constrói no âmbito da economia

4 Para Furtado (1969, p. 238) “a etapa decisiva de concentração [industrial] ocorreu, [...] durante a Primeira Guerra Mundial, etapa em que teve lugar a primeira fase de aceleração do [seu] desenvolvimento”.

cafeeira⁵, quando a política de imigração associada ao projeto de branqueamento da população e ao racismo no mercado de trabalho foi determinante na formação de uma *regionalização racial*, determinando, por sua vez, a concentração dos(das) negros(as) nas regiões subdesenvolvidas do país. Essa concentração confirma-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1987, a partir da qual Hasenbalg (1992, p. 56) constata que

os brancos têm uma maior presença relativa [nas] duas regiões mais desenvolvidas [Sul e Sudeste], enquanto pardos e pretos tendem a ser relativamente mais numerosos nas regiões economicamente mais atrasadas, particularmente no Nordeste. Refletindo essa distribuição diferente dos grupos de cor entre regiões de desigual desenvolvimento [...].

Tomada para análise a região Nordeste, confirma-se, de fato, uma *regionalização racial* no Brasil, em vista da grande predominância de força de trabalho negra que, em 1950, era de 51,2% e, em 1980, chegou a 43,6% (Censos de 1950 e 1980 *apud* PORCARO, 1988). Em 1987 os brancos se concentravam nas regiões Sul e Sudeste (75,3%) em contraposição a sua presença na região Nordeste (17,1%), onde há uma predominância de negros (32,3% pretos e 47,9% pardos) (PNAD, 1987 *apud* HASENBALG, 1992). Esse quadro revela o quanto as desigualdades regionais e a concentração de renda trazem de repercussão para a população negra nas regiões subdesenvolvidas do país, sobretudo a partir de 1970⁶, quando se verifica uma nova etapa da expansão do capitalismo monopolista, baseada numa política de incentivos fiscais, tendo em vista promover a industrialização na região, ou melhor, desencadear “o programa não programado de

5 Não se pode esquecer que “desde cedo [os dirigentes da economia cafeeira] compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estatal, ao proclamar a República. [...] A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o governo, o que singulariza os homens do café. É sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciavam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos” (FURTADO, 1959 *apud* IANNI, 1966, p. 98-99).

6 De acordo com Carvalho (1987) no curso do período militar, caracterizado pelo autoritarismo e censura dos órgãos de imprensa, há uma publicização oficial que enfatizava como o Nordeste se transformava em alvo das atenções e intervenções especiais, a exemplo da implantação de um amplo conjunto de políticas, programas e projetos, sob a justificativa de desencadear o desenvolvimento regional.

industrialização do Nordeste” (OLIVEIRA, 1976).

Nesse sentido, a despeito da centralização e concentração de incentivos fiscais e investimentos industriais na região Sul e Sudeste, a década de 1970 representa um marco significativo para a expansão capitalista no Nordeste (SILVA, 1999). Nesse período, a região passou a integrar o Plano Nacional de desenvolvimento (PND), dentro da ideologia do “Brasil Grande Potência”. Tornando-se alvo da atenção do Estado, a referida região vê-se pautada por um conjunto de políticas, programas e projetos, justificados, fundamentalmente, em nome do desenvolvimento regional e da criação de condições de convivência com as secas e a conseqüente melhoria das condições de vida da população (CARVALHO, 1987).

Contudo, o modelo de desenvolvimento econômico, social e político, adotado a partir de 1964, ao contrário do que desejava transparecer, desencadeou uma tendência “que acabou por modelar um país novo”, sem que nenhuma alteração, “nos grandes e decisivos problemas estruturais”, fosse realizada. Ao contrário, os problemas agravaram-se e tornaram-se mais complexos, atingindo maior dimensão e dramaticidade (NETTO, 1991, p.15). No caso do Nordeste, esse agravamento representou uma maior concentração da terra, a elevação do contingente de desempregados e subempregados, a diminuição dos salários, o aumento da desnutrição e da mortalidade infantil, o crescimento do índice de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade, a continuidade das causas e dos efeitos das estiagens, a manutenção dos padrões tradicionais de dominação e de exclusão política da maior parte da população (CARVALHO, 1987). Enfim, “as lacunas deixadas pela falta de reforma agrária, tributária e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades” (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 21).

No meio rural brasileiro, esses aspectos aparecem associados à uma modernização tecnológica da produção essencialmente seletiva, cujo foco na exportação concentrou o crédito e incentivos nas grandes propriedades agrícolas. As conseqüências para a população brasileira mostraram-se perversas quando os preços relativos da agricultura contribuíram “não só para a pressão inflacionária, mas [...] para a redução do acesso das camadas de baixa renda a produtos de consumo essencial” (ABRANCHES, 1985, p. 23). Na medida em que a produção agrícola de alimentos se vinculava à “elevação dos preços internacionais de produtos primários [...], os índices de preços aumentaram mais rapidamente do que o índice geral de preços para o Brasil”, levando uma acentuada diferenciação nos preços dos alimentos nas regiões e nos padrões de consumo. “No Nordeste, no período de 1967/79, as classes de menor despesa enfrentaram aumentos 33% superiores àqueles observados para as classes de maior despesa” (ABRANCHES, 1985, p.

25).

Como a economia nordestina se apoiava principalmente em atividades agrícolas de subsistência, o processo desencadeado pelos vários programas vinculados à política de desenvolvimento⁷, ao voltar-se para a região, provocou uma maior concentração da terra garantindo a continuidade da dominação das oligarquias rurais, o que não por acaso significou a exclusão da maior parte da sua população.

Um exemplo é o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970, que mostrando-se como uma solução para mudar a estrutura fundiária, associou a demanda por terra nessa região aos objetivos de expansão capitalista na Amazônia. Sem tocar no “nó górdio” da problemática fundiária, o programa, ao criar os projetos de colonização na Amazônia para transferir a população “sem terra” e desempregada do Nordeste, estrategicamente redirecionou as tensões sociais e, ao mesmo tempo, beneficiou as grandes empresas capitalistas com terra e crédito (MARTINS, 2001). Nesse sentido, IANNI (1981, p. 119) afirma que a combinação da atuação deste programa com a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possibilitou aos governos lançar “mão do poder discricionário da ditadura para manipular recursos financeiros federais e trabalhadores desempregados e subempregados do Nordeste favorecendo os negócios da grande empresa privada nacional e estrangeira”.

Além do mais, o investimento na modernização da produção agropecuária contribuiu para o aprofundamento da concentração da renda e expulsão dos trabalhadores do campo, exemplo disso foi a modernização da agroindústria canavieira, via Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) que, ao invés de modernizar-se, esse setor expandiu-se nas terras utilizadas por trabalhadores para agricultura de subsistência. A respeito do assunto, Chalout (1985) afirma que esse Programa, ao contrário de redistribuir a terra, serviu de instrumento de modernização e capitalização dos setores já donos da terra, contribuindo para acelerar o processo de acumulação e concentração do capital.

7 “Na década de 1970, a não ruptura com o latifúndio foi expresso nas políticas de desenvolvimento, pois os vários programas implementados na região não significaram senão a tentativa de conter as tensões sociais sem tocar na estrutura fundiária. Esses programas, geralmente apresentados sob forma de projetos de colonização e de crédito, [...] [apresentavam-se] como “resposta” ao problema da terra e as tensões no campo” (MARTINS, 2001, p. 23). Exemplo disso se evidencia no Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970; no Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo a Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 1971; no Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), criado em 1974 e, no Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida, criado em 1976.

Assim, a concentração da terra no país ocasionada pela expansão da grande propriedade acabou destruindo a pequena propriedade, de modo que Silva (1980, p. 32) aponta essa dinâmica enfrentada nas décadas de 1960 e 1970:

na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo em termos mais gerais do país ou mesmo das regiões, pois a grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas.

A resultante do compromisso da ação do Estado com o latifúndio pode ser expressa, entre outros aspectos, no agravamento das desigualdades, no êxodo rural e, conseqüente inchaço das cidades, sobretudo das regiões mais industrializadas do país. Aliás, a modernização agrícola, ao acentuar a concentração da propriedade, elevou substancialmente a força de trabalho disponível⁸ na zona rural. Não é por outra razão que, em 1970, “São Paulo recebia um contingente líquido equivalente a 10,8% da sua população” (CANO, 1998, p. 292).

Esse quadro acabou consolidando uma estrutura no mercado de trabalho urbano marcada pelo emprego formal ao lado do emprego informal, com repercussão importante nas expressões da “questão social”, uma vez que aquela população negra, parte integrante do meio rural das *regiões raciais*, ao migrar para os centros urbanos industrializados do país passa a compor a abundante força de trabalho, reforçando simultaneamente a tendência à flexibilidade⁹ do regime de trabalho, o que garantiu os baixos salários e a sua elevada participação nos empregos informais. Para Hasenbalg (2005, p. 256-257),

a evidência convincente da privação absoluta e da ‘estabilidade das expectativas’ das massas rurais – incluindo brancos e não-brancos, igualmente – é que, ainda em 1970, 58,8% dos trabalhadores agrícolas eram analfabetos (em comparação a 17,9% dos trabalhadores nas atividades não-agrícolas), e em 1972, 75,8% da população rural com alguma renda monetária recebia um salário mínimo ou menos, ao passo que apenas 39,6% da população urbana recebia uma renda tão extremamente baixa.

8 Entre 1950 e 1970 “o maior uso de equipamento elevou a produtividade do homem ocupado na agricultura, provocando agora sua maior expulsão”, inclusive do Nordeste. (CANO, 1998, p. 292).

9 “a instabilidade dos empregos, a falta de especialização dos trabalhadores e o baixo nível dos salários são aspectos inter-relacionados (e que se reforçam mutuamente) de um regime fluido de relações de trabalho, [...]” (BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1996, p. 118-119).

Por outro lado, o desenvolvimento capitalista que marcou o país, até a década de 1970, dimensionou as desigualdades. A pobreza rural preexistente adquiriu novas formas com o processo de modernização das atividades agrícolas, ao passo que a pobreza urbana ganhou dimensão nacional, conformada pelos bolsões de miséria (BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1996). Esse quadro se relaciona com um processo de urbanização que, por sua vez, está articulado à pressão da força de trabalho proveniente do campo, num contexto de ausência de reformas (agrária, urbana, fiscal, financeira, etc.) e da repressão sindical no período de 1964-1982 (CAMPOS et al., 2004).

O grande vazio de informações sobre raça no período ditatorial, sobretudo no Censo de 1970, embora traga limitações para aprofundar a análise acerca das desigualdades raciais no âmbito das desigualdades sociais, não impede afirmar o quanto a pobreza associada à desigualdade regional tem na *regionalização racial* uma incontestável relação. No caso do Nordeste, por exemplo, que chega a 1987 com 17,1% da sua população composta por brancos (PNAD 1987 *apud* HASENBALG, 2005) e, conseqüentemente, cerca de 82,9% desta, composta por negros (pretos e pardos), evidencia-se a prova irrefutável de que a pobreza, associada às diferenças econômicas entre as regiões, atinge extraordinariamente a população negra do país. Quando Baltar; Dedeca e Henrique (1996, p. 88) analisam a repercussão do desenvolvimento do Brasil, no período em análise, verificam que

a grande diferenciação econômica e social entre as regiões brasileiras associou-se a diferentes situações de pobreza, inclusive nas áreas metropolitanas. Naquelas metrópoles que apresentaram elevado dinamismo econômico, a concentração de renda e o rápido crescimento populacional reforçaram a tendência de ampliação da pobreza. As metrópoles que pouco se beneficiaram do crescimento, reproduzindo uma situação de relativa estagnação econômica, tornaram-se imensos depósitos de população pobre.

Isso significa não perder de vista que a pobreza no capitalismo é a resultante da exploração do trabalho, que tem no padrão de desenvolvimento um dos determinantes do desemprego. Nesse sentido, a pobreza pode ser considerada uma expressão da “questão social”, que tem na lei geral da acumulação capitalista a sua base material. Considerações Finais

3. BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso migratório do pós-abolição, por passar a compor, nas regiões mais desenvolvidas do país, o “exército dos desocupados”, os/as trabalhadores/as negros/as buscaram alternativas de trabalho nas regiões menos prósperas e “decadentes”, onde os/as não discriminados(as) racialmente (os/as brancos/as) não se constituíram fortes concorrentes. Esse processo engendra a formação de uma *regionalização racial*, expressa por uma presença majoritária de negros/as nas regiões menos desenvolvidas economicamente e onde as relações de produção capitalistas se processaram conservando traços de trabalho escravo. Essas determinações impactaram o processo organizativo da população em geral e, em particular, dos/das negros/as.

A *regionalização racial* também se expressa por uma presença maior dos/das brancos/as nas regiões mais dinâmicas do país, onde o compromisso estatal com as frações burguesas faz-se notar pelos investimentos e incentivos fiscais, acentuando a desigualdade regional e a concentração do capital e da renda. Apesar dessa presença acentuada branca nessa região, a raça não deixa de indicar a sua funcionalidade: os/as racialmente discriminados/as só se inserem naquelas ocupações amplamente rejeitadas pelos/as brancos/as.

Esse processo aprofundou as desigualdades sociais, articulando-se às desigualdades raciais. O que me leva a considerar a *regionalização racial* como mediação fundamental para compreender a desigualdade social no Brasil. Nesse sentido, se são verdadeiras as graves desigualdades regionais no país, estas afetam substantivamente a população negra do Nordeste, uma vez que ela se concentra nas regiões mais afetadas pelas desigualdades sociais. Um indicador desse processo está no fato de, na região Nordeste, os negros/as têm presença relativa, “em torno de 70%, alternativamente às regiões Sudeste e Sul, onde respondem por, respectivamente, apenas 35% e 15% da população total” (PAIXÃO, 2003, p. 111). O Censo de 2010 reafirma a distribuição dos grupos de cor ou raça pelo Território Nacional, onde “destaca-se uma maior concentração de pretos e pardos nas Regiões Norte e Nordeste do país e, nas Regiões Sudeste e Sul, verifica-se uma maioria branca” (IBGE, 2011, p. 47).

Caso tenha fundamento a relação entre desigualdade regional, desigualdade social e desigualdade racial, parece-me pertinente entendê-las como parte das múltiplas determinações que mediam a questão social, mesmo porque concentração de terra e renda e desigualdades regionais se entrecruzam. A afirmação de que estes são determinantes

históricoestruturais que reforçam as desigualdades sociorraciais, no Nordeste, pode ser verificada na maior concentração da terra, na pobreza e migração campo-cidade, no crescimento do contingente de desempregados/as e subempregados/as, na diminuição dos salários, no crescimento do índice de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade e na conservação dos padrões de exploração e de dominação econômica e política. Sem dúvida, todas essas expressões da questão social vão se concentrar justamente nas regiões onde há uma maior concentração da população negra.

4. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. **Os Despossuídos**: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BALTAR, P.E. de A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In OLIVEIRA, C.A.B de. e MATTOSO, J. E. L. (Orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

CAMPOS et al. (Orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. 2 v, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CANO, W. Desequilíbrios Regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO; L. G. de M.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. 4. ed. Campinas: UNICAMP. I.E. 1998. V.2.

CARVALHO, I.M.M.de. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: Hucitec – SUDENE, 1987.

CHALOUT, Y. Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste. In: **Raízes**, v.3, n° 4-5, dez. 1984 – jan. 1985. Campina Grande: UFPB, 1985.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

HASENBALG, C. Notas Sobre Relações de Raça no Brasil e na América Latina. In: Relatório Eventos Fundação Memorial da América Latina y Nostras Latinoamericanas. **Estudos sobre Gênero e Raça**, 1992.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IANNI, O. **Raças e Classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MARTINS, T. C. S. **Questão Agrária e Questão Ambiental**: um estudo do Assentamento Irrigado Jacaré-Curitiba. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

POCHMANN, M. Rumos da Política do Trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PORCARO, R. M. Desigualdade Racial e Segmentação do Mercado de Trabalho. In: **Estudos Afro-Asiáticos** n° 15. Rio de Janeiro: CEAA, junho de 1988.

SANTOS, J.S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**, Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 2008.

SILVA, T.E.M.de. Impactos Sócio-Ambientais o Futuro da Pesca Artesanal no Baixo São Francisco. In: **Candeeiro**. Aracaju: ADUFS-SSIND, março, ano 2, vol. 2, 1999.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

TELLES, E.E. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. In: **Estudos Afro-Asiáticos** n° 26. Rio de Janeiro: CEAA, setembro de 1994.

